



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JONATAN DE MENESES BARRETO

RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E A CHINA:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO (2002 -2018)

CIDADE

2019

JONATAN DE MENESES BARRETO

RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E A CHINA:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO (2002 – 2018)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo.

CIDADE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B263r Barreto, Jonatan de Meneses.
Relação comercial entre a região Nordeste do Brasil e a China : uma análise do período (2002-2018) /
Jonatan de Meneses Barreto. – 2019.
43 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo.

1. China. 2. Relação Comercial. 3. Região Nordeste Brasileira. I. Título.

CDD 330

JONATAN DE MENESES BARRETO

RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E A CHINA:
UMA ANÁLISE DO PERÍODO (2002 – 2018)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Francisco Laércio Pereira Braga
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus.

Aos meus pais, Regiana e Francisco.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado saúde e forças para superar todas as dificuldades. E Nossa Senhora, por sempre interceder por mim mesmo eu não merecendo.

Aos meus pais, Regiana e Francisco, que sempre me incentivaram nos estudos. Agradeço por acreditarem em mim e apoiarem todas as decisões que tomei. Obrigado por me tornar o homem que sou hoje, pois, se estou recebendo esta conquista foi porque vocês estavam comigo.

As minhas avós, Lourdes e Ivoneide, que me presentearam com bons conselhos e cuidaram de mim com muito carinho. Aos meus avôs, Geraldo e Antônio, que são os meus maiores exemplos de honra e determinação. Ao meu tio Regilando, que sempre zelou pelo meu bem estar e que, mesmo não estando mais entre nós, amarei como um pai. E minha família, que sempre demonstrou amor e união.

A Laura Edvânia, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Obrigado, por estar ao meu lado neste momento tão importante.

Aos amigos, tão especiais, que o curso de Economia me concedeu, Isabel, João Luís, Haone, Mário e Benjamin, que compartilharam comigo todos os momentos desafiadores e especiais da nossa vida acadêmica e que foram responsáveis por muitas risadas na FEAAC. Aos meus amigos do Pet Economia, Bosco, Brysa, Daniel, Heitor, Jaíne, Larissa, Letícia, Nayara, Pedro, Policarpo e Yuri que nunca faltaram com palavras de apoio, força e cumplicidade ao longo desta etapa em minha vida. Aos meus amigos Lorrán e Rodrigo, que ao longo desta jornada partilharam de muitas histórias divertidas e muitos momentos bons. Vocês são, além de ótimas pessoas, excelentes economistas e amigos que levarei para vida toda.

Ao professor Ricardo Pereira, meu tutor do Pet Economia, que me aconselhou inúmeras vezes, mas precisamente 3 anos de Pet. Sempre demonstrou bondade e sensibilidade na condução de nossas atividades, além de se mostrar preocupado com cada um de seus petianos, nos quais ele gostava de chamar de “filhos”. Meu muito obrigado! Saiba que o senhor se tornou um grande exemplo para mim.

Por fim, gostaria de agradecer aos admiráveis professores, dos quais tive a honra de ser aluno na graduação, Jair, Mauro, Irffi e, em especial a professora Cristina, minha orientadora, pelo zelo, cuidado e correções durante todo o processo de elaboração da minha monografia. Estendo meus agradecimentos a Cristina, pela oportunidade, concedida a mim, de compartilhar com seus conhecimentos e vivência durante o período que fui seu bolsista PIBIC

e PID. E ao professor Laércio, do qual não fui aluno, mas que se disponibilizou para fazer parte da minha banca e contribuir com o meu trabalho acadêmico. Terei vocês como exemplo para seguir com uma carreira de excelência. Muito obrigado a todos!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação comercial estabelecida entre a região Nordeste do Brasil e a China no período de 2002 a 2018, pois, no século XXI, mesmo a produção global mantendo padrões estáveis de crescimento, as relações comerciais, em si, exibem certo grau de instabilidade fazendo com que no comércio mundial apareçam fortes flutuações e trajetórias diferenciadas. A corrente comercial entre o Nordeste e a China vem aumentando substancialmente, neste período, como reflexo do forte crescimento da participação chinesa no comércio mundial. Realizou-se, então, uma revisão do contexto histórico da importância chinesa para o comércio exterior brasileiro e a análise da evolução comercial entre sua região Nordeste com a China sendo observada através de coleta de dados e construção de indicadores. Dessa forma, os resultados indicam que o país asiático e a região Nordeste passam por um processo de fortalecimento e crescimento gradual de sua parceria vis a vis a participação chinesa no âmbito mundial. Todavia, o comércio externo nordestino, também apresenta uma série de vulnerabilidades no que diz respeito a sua pauta exportadora e o conteúdo tecnológico dos seus produtos.

Palavras-chave: China. Relação Comercial. Região Nordeste Brasileira.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the trade relationship established between the Northeast region of Brazil and China from 2002 to 2018, because, in the 21st century, even with the global production maintaining stable growth patterns, the trade relationships, in themselves, show off a certain degree of instability, causing strong fluctuations and different trajectories to appear in world trade. The trade flow between the Northeast and China has been increasing substantially during this period, reflecting the strong growth of Chinese participation in world trade. A review of the historical context of the Chinese importance for Brazilian foreign trade was conducted, as well as the analysis of the trade evolution between its Northeast region with China, being observed through data collection and construction of indicators. Thus, the results indicate that the Asian country and the Northeast region are undergoing through a process of strengthening and gradual growth of their partnership along with Chinese participation in the world. However, the Northeastern foreign trade also presents a series of vulnerabilities regarding its exports and the technological content of its products.

Keywords: China. Trade Relationship. Brazilian Northeast Region.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nordeste e China: evolução das exportações e importações (2002-2018).....	30
Gráfico 2 – Nordeste: exportação para o Mundo e China em US\$ (em milhões) (2002-2018).....	31
Gráfico 3 – Nordeste: importação para o Mundo e China em US\$ (em milhões) (2002-2018).....	31
Gráfico 4 – Nordeste e China: Saldo da Balança Comercial segundo a Intensidade Tecnológica (2002-2018).....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nordeste: evolução do saldo da Balança Comercial (2002-2018) (US\$ em milhões).....	29
Tabela 2 – Nordeste: participação chinesa na balança comercial nordestina (2002-2018).....	32
Tabela 3 – Nordeste e China: participação dos estados nas exportações e importações (2002 e 2018).....	33
Tabela 4 – Nordeste: principais setores exportadores para China segundo participação relativa (2002).....	34
Tabela 5 – Nordeste: principais setores exportados para China segundo participação relativa (2018).....	34
Tabela 6 – Nordeste: principais setores importados da China segundo participação relativa (2002).....	35
Tabela 7 – Nordeste: principais setores importados da China segundo participação relativa (2018).....	35
Tabela 8 – Nordeste: índice de Concentração das Exportações e Importações (2002-2018).....	36
Tabela 9 – Nordeste: índice de Comércio Intra-Setorial (2002-2018).....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MDIC	Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
SITEC	Subsecretaria de Inteligência e Estatística de Comércio
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
SH	Sistema Harmonizado
ICX	Índice de Concentração das Exportações
ICM	Índice de Concentração das Importações
IS	Índice Intra-setorial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento

LISTA DE SÍMBOLOS

US\$	Dólar
%	Porcentagem
Kg	Quilograma
Ha	Hectare

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-CHINA E CONTEXTO HISTÓRICO	17
2.1. Relações comerciais com a Ásia	17
2.2. A construção de uma parceria estratégica com China	19
2.3. Efeito china no comércio exterior do Brasil	21
3. METODOLOGIA DE ANÁLISE	25
3.1. Tipologia da pesquisa	25
3.2. Coleta de dados.....	25
3.3. Indicadores.....	26
4. DESEMPENHO COMERCIAL ENTRE NORDESTE E CHINA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

O fluxo mundial do comércio durante todo seu processo de amadurecimento passou por diversas transformações se destacando, no início do século XXI, por consequência de uma queda generalizada das barreiras alfandegárias combinada à especialização econômica, à multiplicação dos acordos comerciais bilaterais, à construção de áreas de livre comércio e à ampliação das cadeias globais de suprimento mesmo que, entre 2000 e 2012, o comércio mundial tenha sofrido fortes flutuações por conta da retração da demanda global dada à crise financeira dos Estados Unidos, a bolha do *sub-prime* em 2007 e 2008, e a partir de 2011 com a desaceleração da economia europeia e a crise da zona do euro. Logo, as relações comerciais estabelecidas, de 2000 a 2018, exibem trajetórias diferenciadas, considerando as peculiaridades de cada economia e as flutuações do próprio mercado (MELO; BRAGA; HOLANDA, 2014).

Neste mesmo período, a China ganha uma participação significativa nos fluxos comerciais mundiais passando a ser um forte mercado consumidor e fornecedor, dado o seu acelerado processo de crescimento, tornando-se também, um parceiro extremamente importante para as economias em desenvolvimento (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

Para o Brasil, os acordos bilaterais de comércio, principalmente os estabelecidos com a China, possibilitaram uma onda de crescimento do comércio exterior entre 2000 e 2010 apresentando valores de exportações e importações muito acima da média mundial sendo interessante notar que o país objetivava, com sua política externa, a diversificação de parcerias o que evidência, quase que costumeiramente, um estilo diplomático que, de acordo com Lima (1996), amplia as opções internacionais possibilitando que alianças futuras permaneçam em aberto sendo as principais áreas do mundo importantes mercados para o Brasil, tais como: os Estados Unidos, a União Europeia, a América do Sul e Ásia.

Contudo, Oliveira (2004, p. 8) afirma que:

“[...] o Brasil suscita interesses na Ásia por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos. Nesse sentido, à medida que a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil”.

Já a região Nordeste do Brasil se mostrou menos aberta ao comércio exterior, nas últimas décadas, que a economia brasileira como um todo guardando as características de cada Estado. Apesar disto, esta, acompanhou o desempenho das exportações nacionais tendo as *commodities* como principal pauta exportadora e a China como a principal economia

importadora destes produtos (MELO; BRAGA; HOLANDA, 2014).

Este trabalho objetiva então, analisar a relação comercial estabelecida entre a região Nordeste do Brasil e a China no período de 2002 a 2018, isto porque a China se consolida como um importante *player* no comércio mundial. Para tanto, o trabalho compreende 4 sessões para além desta Introdução. Na primeira sessão, será abordada a importância da China para o comércio exterior brasileiro nas últimas décadas. Na segunda sessão, será abordada a metodologia utilizada no trabalho e na terceira sessão, apresentam-se os resultados obtidos do fluxo comercial da região Nordeste com a China. Por fim, as considerações finais.

2. RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-CHINA E CONTEXTO HISTÓRICO

2.1. Relações comerciais com a Ásia

A China, desde os anos 2000, vem alcançando novos patamares mundiais de comércio se tornando um importante mercado para o mundo, principalmente para países em desenvolvimento, e recebe um papel fundamental no comércio brasileiro ao ponto em que vem ocupando posições no ranking de maiores parceiros. Já em 2008, a China ultrapassa a Argentina se tornando o segundo maior parceiro comercial do Brasil e apenas um ano depois ocupa o lugar dos Estados Unidos como o maior parceiro econômico brasileiro, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2019). Entretanto, sabe-se que os dois países desenvolveram esta relação comercial ao longo de um bom tempo e que nem sempre os laços eram considerados fortes.

Pode-se dizer que, até o final do século XIX, não havia algum tipo de relacionamento entre o Brasil e a Ásia sendo a base para esse relacionamento criada pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e China no dia 3 de outubro de 1881 e em 5 de novembro de 1895 com o Japão. O estabelecimento dessas relações surgiu da necessidade brasileira em importar mão de obra para substituir os escravos, pois, estes estavam sendo liberados de suas obrigações para com as lavouras cafeeiras em crescimento. Assim, inicialmente, o Brasil optou pelo país chinês para obtenção dessa mão de obra e logo depois pelo o Japão (OLIVEIRA, 2004).

Isto porque houve uma proibição formal da China em relação à emigração para o Brasil por conta dos problemas com as primeiras correntes migratórias chinesas para o continente americano. Deste modo, os contatos bilaterais com a China permaneceram escassos em decorrência dos conflitos internos e externos que a afetaram ao final do século XIX e na primeira metade do século XX levando o Brasil, com a vitória de Mao Zedong em 1949, a romper suas relações diplomáticas com a China Continental fechando o consulado de Shangai (OLIVEIRA, 2004).

Neste sentido, os primeiros contatos entre Brasil e Ásia se dão pelo relacionamento com o Japão através do fluxo migratório que cresceu significativamente até 1934 e que foi interrompido com a segunda guerra mundial, sendo retomada apenas depois de 1955 (LEÃO, 1990).

Após a Guerra fria, os países experimentaram um crescimento industrial acelerado e a

busca pela liderança dos mercados regionais e internacionais e com o fim da bipolarização, na passagem para os anos de 1990, surge uma nova ordem de caráter ocidental que coloca os países do hemisfério sul em certa desvantagem econômica, pois, o peso do avanço tecnológico, no período, aumentou ainda mais a diferença entre países mais e menos desenvolvidos. Sobre este cenário, o Brasil opta, como política externa, pelo regionalismo que segundo Saraiva (2007, p. 44): “[...] se traduz desde formas superficiais de cooperação entre países, até experiências mais profundas de união aduaneira ou mesmo de um mercado comum [...].”

Ainda segundo Saraiva (2007), a escolha pelo regionalismo foi uma estratégia importante para inserção brasileira no mercado externo, através da Cooperação Sul-Sul, pois, no novo modelo de integração adaptado ao padrão econômico liberal, esta é uma forma de aumentar a competitividade e aliviar as pressões internacionais.

A Cooperação Sul-Sul para o Brasil é utilizada na construção de uma liderança comercial na América do Sul e a montagem de “*parcerias estratégicas*” na África e na Ásia buscando se relacionar com países que compartilham semelhanças consigo. Dessa forma, no continente asiático apenas firmou laços significativos com a China, pois, ambos os países compartilhavam algumas características no que se refere à política externa, principalmente quanto a assegurar autonomia internacional, sua ênfase na soberania nacional e integridade territorial, além da responsabilidade comum à cooperação multilateral sul-sul (SHANG, 1999).

Segundo Barbosa (1993, p.257) o Ministério das Relações exteriores (Itamaraty):

“[...] não descurou, no passado, dos interesses brasileiros na Ásia. [...] Na verdade, nossa política, então, consistia praticamente em reconhecer comercialmente o regime chinês, sem rompermos politicamente com Taiwan, com o qual mantínhamos importante e promissor relacionamento comercial e financeiro. Nosso primeiro passo nesse sentido, cuidadosamente planejado, teria sido celebrar um acordo interbancário entre o Brasil e a China, pelo qual seriam reciprocamente abertos escritórios comerciais em Nanquim e São Paulo, com um número determinado de funcionários, gozando eles de imunidade diplomática para poderem agir livremente, inclusive podendo usar códigos, e mantendo-se, ao mesmo tempo, relações diplomáticas com Taiwan. Uma espécie da política das duas Chinas, que os Estados Unidos tentaram, sem sucesso. À semelhança do que havíamos feito com as duas Alemanhas, quando vigorava a Doutrina Hallstein, que proibia relações políticas com ambas as Alemanhas ao mesmo tempo. Por meio desse acordo, em relação às duas Alemanhas, entre o nosso Banco Central e o Deutsche Notenbank, pudemos manter significativas relações comerciais, na época, com a Alemanha do Leste, sem que isso provocasse um rompimento com a Alemanha Federal. Circunstâncias políticas não permitiram, contudo, a realização desse plano com a China.”

No início do século XXI, a Ásia, então, é definida como prioridade da diplomacia brasileira, tanto no governo de Itamar Franco quanto no governo Lula, pelo seu potencial no campo científico e tecnológico assim como no volume de transações comerciais cogitando,

assim, a necessidade do estreitamento dos laços com Japão, China e Índia com um enfoque maior na China no início do século XXI (OLIVEIRA, 2004).

2.2.A construção de uma parceria estratégica com China

Dois eventos são interessantes para analisar o processo de diversificação de parcerias comerciais do Brasil e sua aproximação com a China. O primeiro foi o choque de petróleo, em 1973, fazendo com que os países reestruturassem suas estratégias de inserção internacional, contribuindo para a aproximação do Brasil com os países em desenvolvimento. E, em segundo lugar, a deterioração das relações comerciais com os norte-americanos que, até o final do século XX, foi exercendo cada vez menos influência sobre balança comercial brasileira perdendo lugar para a China como o principal parceiro comercial (COSTA; MENDOÇA, 2017).

A aproximação sino-brasileira vem a ocorrer em 1971 quando o relatório do consulado brasileiro demonstrou um possível interesse da China em se aproximar do Brasil (DICK, 2006). No mesmo período, a economia mundial é marcada por um desempenho positivo favorecendo a atração de investimentos estrangeiros e tecnologia e havendo um aumento significativo das exportações de produtos básicos para países desenvolvidos (COSTA; MENDOÇA, 2017).

Entretanto, as relações diplomáticas entre o Brasil e a China só se intensificaram após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976. Formalizando esta parceria comercial em 1978 através do Acordo Comercial Bilateral (ANJOS; AZEVEDO; TERRA, 2013).

De fato, ao final de 1978, o então primeiro ministro chinês, Deng Xiaoping, lançou um plano econômico que em poucos anos mudou a situação em que a China se encontrava, saindo da estagnação e a deixando em condições de competir pela hegemonia mundial do comércio (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

O plano foi aprovado em 1979 e este estava estruturado em torno de alguns pontos. Segundo Machado e Ferraz (2006), no âmbito interno haveria o estímulo à agricultura, setor que constituía a base da economia chinesa. No âmbito externo, o plano abordou dois pilares: a abertura aos investimentos estrangeiros e o incentivo ao comércio internacional, pois, o objetivo era promover as exportações e, em decorrência disto, assegurar a geração de superávits primários, o acúmulo de reservas cambiais e a criação de empregos.

Alguns outros fatores também foram explorados pela China durante os últimos anos.

O primeiro deles é o uso de mão de obra abundante e barata já que os trabalhadores chineses possuem concepção de hierarquia e disciplina e como existe a proibição da criação de sindicatos é difícil exercer pressões sobre o salário (para cima). Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais são estimuladas a se instalarem no país sem haver algum tipo de sistema que garanta a proteção da propriedade intelectual e com a estabilidade e previsibilidade das políticas macroeconômicas, alcançadas através do plano econômico implementado, enxergasse a existência de economias de escala na maior parte da indústria instalada, fato que contribuiu bastante para a manutenção do crescimento econômico da China (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

Pois, segundo Salama (2012, p.234):

“A China adotou muito cedo uma prática “leonina” perante os direitos de propriedade intelectual, chegando a copiar muitas técnicas avançadas, seja ilegalmente, seja “adaptando” técnicas criadas por empresas estrangeiras obrigadas a assinar acordos de *joint venture* em alguns setores e/ou a se submeter às decisões de tribunais chineses em caso de litígio, seja negociando contratos de compra, incorporando a cessão de patentes, seja, cada vez mais, investindo no estrangeiro.”

Além disto, o país vem apresentando, sistematicamente, elevadas taxas de poupança interna superiores a 40% do PIB. Estas taxas são consideradas altas, até para padrões asiáticos, viabilizando a realização de investimentos da mesma magnitude sem pressionar a poupança externa. E com relação ao regime cambial, vale ressaltar que este é caracterizado pela rigidez da taxa de câmbio, convergiu para a desvalorização da moeda tornando o produto chinês mais atrativo. A sua moeda nacional foi desvalorizada cerca de 400% em termos nominais, entre 1981 e 1995, sendo essencial para manter a competitividade no mercado mundial, apesar da forte entrada das reservas internacionais. Existe, então, uma rápida inversão de sua balança comercial refletindo dois movimentos interessantes: i) A china chegou a acumular capital suficiente para passar a ser exportadora líquida para os países desenvolvidos; e ii) por consequência disto, torna-se importadora líquida de países em desenvolvimento. E também, um parceiro deveras interessante para outros países e especificamente para o Brasil (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

Segundo Dick (2006), a aproximação entre os dois países foi realmente possível, pois, estes apresentavam interesses políticos e econômicos similares impulsionando a expansão do fluxo bilateral de comércio tendo em vista a complementariedade econômica entre eles.

Entretanto, ambos os países deram ao comércio internacional prioridades distintas. Enquanto a China, nas últimas 3 décadas, optou por colocar o comércio internacional como

centro do seu modelo de desenvolvimento priorizando as exportações via estatais e empresas estrangeiras e liberalizando as importações. O Brasil, entretanto, priorizou o desenvolvimento do mercado interno e tendo a agricultura como principal polo exportador (THORSTENSEN, 2011).

Quanto à abertura comercial entre os países, Medeiros (1998) afirma: “[...] a combinação da abertura comercial e financeira com o câmbio sobrevalorizado resultou em abruptas elevações dos coeficientes de importação e deslocamento das exportações para as *commodities*” no Brasil. Todavia, as consequências desta política não foram positivas, pois, gerou baixas taxas de crescimento, emprego e o desmonte do aparelho produtivo industrial. Já, o governo chinês adotou, antes de promover a competitividade externa, políticas educacionais, de absorção de tecnologias e técnicas administrativas (COSTA, 2015).

Logo, este relacionamento não poderia evoluir se não fosse de forma cautelosa dada à conjuntura internacional e a situação interna de cada país. Alguns eventos como o fim da Revolução Cultural em 1976 e reformas estruturais modernizadoras que proporcionaram a China uma maior abertura comercial e no Brasil, o reestabelecimento da democracia nos anos 80, a abertura comercial impulsionada pelo processo de globalização e o fim da Guerra Fria facilitaram a comunicação entre os dois países concretizando, no início de 1990, o estabelecimento de uma parceria estratégica (DICK, 2006).

2.3.Efeito china no comércio exterior do Brasil

A economia chinesa está se apresentando como uma das mais dinâmicas do século XXI refletida pelas suas altas taxas de crescimento do PIB, PIB per capita, capital físico e poupança. Um dos efeitos mais impactantes do dinamismo chinês foi o *boom* do preço das *commodities* que favoreceu a relação comercial com Brasil e indiretamente o acúmulo de reservas resultantes deste *boom* possibilitando a adoção de políticas econômicas voltadas para o crescimento econômico brasileiro como por exemplo a expansão do crédito e a redução dos juros básicos (COSTA, 2015); (HIRATUKA; SARTI, 2016).

O próprio crescimento destas exportações e a entrada de capitais, seja por investimentos de portfólio ou investimento estrangeiro direto atraídos pelo mercado interno em expansão ou pela exploração da produção de *commodities*, resultaram também em um processo de valorização cambial no Brasil, em especial a partir de 2004 (HIRATUKA; SARTI, 2016).

Portanto, a relação comercial Brasil-China, no século XXI, deve ser analisada sobre este contexto, pois, segundo Costa e Mendonça (2017), esta foi impulsionada e fortalecida tanto pelo crescimento das exportações brasileiras quanto das importações dos produtos chineses, pois, a abundância brasileira, no que diz respeito aos recursos naturais, foi um fator importante para sua inclusão na rede de fornecimento de *commodities* necessárias para a manutenção do mercado chinês (COSTA; MENDOÇA, 2017).

De certa forma, para Machado e Ferraz (2006), os produtos destinados para a China estão fortemente concentrados naqueles que possuem vantagem comparativa. Isto porque o Brasil já ocupava uma posição bastante confortável em relação à China como também em relação ao resto do mundo devido o seu potencial na produção do setor primário. Em 1995, a razão entre terra cultivada (em hectares) e força de trabalho (em milhões) era de 0,61 no Brasil e 0,12 na China, segundo os dados do Banco Mundial apresentados por Caurbough (2004) que explica bem a visão apresentada acima por Costa e Mendonça (2017).

Logo, a demanda chinesa gerou uma maior concentração das exportações brasileiras em bens básicos o que pode provocar, entretanto, fragilidades ao Brasil por conta dos possíveis choques externos dos preços, pois, a volatilidade dos preços destes bens é ainda maior que as dos demais produtos podendo, também, gerar efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico e bem-estar da população sendo esperado que exista uma menor previsibilidade da evolução econômica de países que dependem do comércio destes bens (BRANCO, 2013).

Entre 1996 e 2003, o valor das exportações brasileiras para China cresceu mais de 300%. O setor agropecuário foi o mais beneficiado com o crescimento do mercado chinês, pois, este que sumaria apenas 0,4% do valor dos produtos exportados para China, em 1996, passa a ser responsável por 30,4% das exportações brasileiras em 2003. Em contrapartida, em relação ao setor de manufaturados, existe uma perda significativa do mercado chinês antes representando 86% das exportações brasileiras para China passando para 50,8% em 2003 (NEGRI, 2005).

Negri (2005) também afirma que, apesar das empresas brasileiras terem se estabelecido na Ásia e tenham superado as barreiras geográficas e culturais da região, existem outros fatores como barreiras tarifárias ou sistemas de incentivos chineses contribuindo para que a pauta exportadora brasileira com a China tenha se concentrado em produtos básicos.

Em 2011, segundo Hiratuka e Sarti (2016), enquanto os produtos básicos correspondiam a 83% dos produtos exportados para China, os produtos manufaturados se constituíam como os principais produtos chineses comercializados com o Brasil.

Isso porque a indústria chinesa sempre foi a principal responsável pela ascensão de sua economia e esta, é fundamentada sobre o investimento estrangeiro no setor sendo natural que o seu crescimento tenha sido liderado pela indústria e a acumulação do capital. Conseqüentemente, aumentando a entrada de produtos manufaturados no Brasil e reduzindo a participação dos produtos manufaturados brasileiros na China (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

Segundo Costa (2015), os chineses perceberam que os países que dominam tecnologia de ponta se desenvolvem muito mais rapidamente que países importadores de tecnologia ou que se especializam no comércio de *commodities*. Logo, estão detendo parcelas cada vez maiores do mercado mundial de produtos dinâmicos e assim uma maior fatia da renda global.

A evolução do saldo da balança comercial brasileira, entre 2000 e 2007, revela significativos superávits em todos os anos considerando que o resultado da balança comercial de 2007 foi 203% maior do que o verificado em 2002. No comércio com a China, o saldo permaneceu positivo até 2006 havendo apenas um ponto de inflexão em 2007, pois, o ritmo do *quantum* importado foi mais acelerado do que o quanto exportado caracterizando o aumento da importação dos produtos chineses, especialmente de setores mais dinâmicos como eletrônicos, maquinas e equipamentos (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

De fato, ainda segundo Melo, Moreira e Veloso (2010), a taxa de crescimento das compras internacionais superaram a taxa das vendas para o exterior em cerca de 15 pontos percentuais em 2007, comparando com 2006, destacando a participação chinesa no total das importações brasileiras, passando de 3% para 11% e das exportações de 4% para 7% entre 2002 e 2007.

A partir de 2007, em alguns setores industriais, as importações chinesas começaram a ocupar uma parcela significativa no mercado brasileiro. Na indústria de produtos eletrônicos e ópticos, os produtos chineses representam 19,4% do consumo aparente e nos setores intensivos em trabalho como indústria têxtil, vestuário e calçados, também, apresentaram um crescimento importante da penetração chinesa (HIRATUKA; SARTI, 2016).

Em 2008, o volume de US\$ 190 bilhões superou em cerca de US\$ 120 bilhões das exportações de 2003 sendo responsável por reduzir a vulnerabilidade externa brasileira e proporcionar condições macroeconômicas favoráveis. Com a crise internacional, houve uma queda importante das exportações em 2009, mas, já entre 2010 e 2011, o Brasil retorna a ter um novo recorde no volume de exportações. As importações também tiveram um crescimento expressivo, principalmente entre 2007 e 2008, graças à expansão do mercado interno brasileiro e a valorização cambial havendo apenas uma interrupção momentânea e uma

trajetória de retomada já em 2010 (HIRATUKA; SARTI, 2016).

A eclosão da crise de 2008, de certa forma, replicava o que tinha acontecido a partir de 1929: queda dos preços das ações do mundo todo, redução do comércio internacional, queda da produção industrial e o aumento do desemprego. E que uma parte importante do dinamismo da economia mundial, até então, esteve associado ao comportamento do consumidor americano que aumentou seu endividamento desordenadamente havendo uma convergência de sua poupança para zero e assim gerando uma rápida redução do consumo americano (SILBER, 2010).

O que possibilitou a intensificação da participação chinesa no mercado brasileiro ao mesmo tempo em que a participação das economias tradicionais se reduziu. Já em 2009, o país asiático se tornou o maior comprador das exportações brasileiras e em 2012 se tornou o maior fornecedor dos produtos importados pelo Brasil. Levando em consideração que a pauta exportadora chinesa para o Brasil inclui uma grande parcela de produtos industrializados, observa-se que, em 2015, os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados representaram respectivamente 2,47%, 0,38% e 97,15% das importações chinesas para o Brasil. Enquanto na pauta exportadora brasileira para China, os produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados representaram respectivamente 80,29%, 13,2% e 6,43% no ano de 2015 (CHANG, 2011); (COSTA; MENDONÇA, 2017).

Todavia, segundo Castilho (2007), o efeito do crescimento comercial entre Brasil e China gerou opiniões divergentes entre o empresariado brasileiro, pois, para alguns, a China é um importante mercado consumidor e para outros os produtos chineses são fortes concorrentes para os produtos brasileiros.

O primeiro grupo, à frente *anti-China*, é composto, sobretudo, por setores industriais que perdem uma parcela de mercado do comércio internacional para as firmas chinesas e também sendo ameaçados pelas importações chinesas no mercado interno, formada principalmente pela indústria têxtil brasileira, além de alguns outros setores produtores de máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos e químicos. E do lado oposto, à frente *pró-China*, formada por empresas interessadas no mercado consumidor chinês, principalmente, empresas exportadoras de carne, óleo vegetal, alimentos, madeiras, café e celulose, ou seja, produtos básicos que são favorecidos pela demanda chinesa (MELO; MOREIRA; VELOSO, 2010).

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

3.1. Tipologia da pesquisa

Para analisar a relação comercial entre a região nordeste do Brasil e a China foi realizada uma pesquisa quantitativa de caráter descritiva e explicativa. Utilizou-se, então, a técnica de pesquisa empírico-analítica, que segundo Martins (2002, p.34): “[...] são abordagens que apresentam em comum a utilização de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista.”

3.2. Coleta de dados

Os dados utilizados são coletados, analisados, sistematizados e disseminados pela Subsecretaria de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior (SITEC), pertencente à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e sendo disponibilizados no portal de acesso gratuito COMEX STAT. Estes dados são produzidos com base em dados extraídos diretamente do SISCOMEX e do Portal Único, sistemas oficiais que gerenciam as exportações e importações brasileiras.

Entretanto, segundo o manual disponibilizado pela COMEX (2019), os dados estatísticos não necessariamente espelham os dados originais. Pois, mesmo que estes sejam oriundos da base oficial, eles foram reprocessados levando em consideração as regras metodológicas de produção de dados estatísticos passando por um processo de filtragens, agregação e arredondamento de valores, correção de valores com erro de digitação dentre outros. Logo, os dados possuem apenas caráter estatístico com finalidade de atender necessidades específicas como elaborar estudos e acompanhamento do comportamento do comércio exterior.

Cabe ressaltar que, segundo o Decreto Nº 9.745, de 08 de abril de 2019, é de competência da Subsecretaria de Inteligência e Estatística de Comércio Exterior (SITEC) a elaboração e divulgação da balança comercial brasileira, sendo responsável pela produção e disseminação destes dados estatísticos sobre o comércio exterior do Brasil.

Para este trabalho foram coletados dados do período de 2002 a 2018, agregados

anualmente, com informações das transações comerciais entre o Brasil e a China e região Nordeste brasileira e China.

Sobre os dados em si, as variáveis analisadas foram a pauta exportadora (X_i) e importadora (M_i) para a China expressas, quantitativamente, em dólares. Os produtos estudados foram designados segundo dois tipos de detalhamento: Sistema Harmonizado (SH) e Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

O SH é um método internacional de mercadorias que foi criado para facilitar as negociações internacionais e o sistema de comparação, coleta e análise de estatísticas particularmente do comércio exterior além de promover o desenvolvimento do comércio entre os países. Já o NCM é adotado pelos países membros do mercado comum do sul (MERCOSUL), desde janeiro de 1997. Este tem como base o sistema harmonizado, porém agrega um maior detalhamento aos produtos comercializados (MANUAL COMEX, 2019).

3.3. Indicadores

Para o desenvolvimento deste trabalho optou-se em um primeiro momento, analisar a evolução do comércio com China através do saldo simples da balança comercial: exportação e importação para o Nordeste em geral e depois para seus estados em particular. Em seguida, são construídos alguns indicadores que possibilitam um maior aprofundamento desta análise comercial como: o coeficiente de especialização relativa setorial (CS), índice de concentração e um indicador de comércio intrasetorial (IS). Destaca-se também, que estes indicadores refletem, quantitativamente, um maior detalhamento sobre a estrutura da pauta exportadora e importadora da região nordeste.

Para Balassa (1977) o coeficiente de especialização relativa setorial (CS) possibilita investigar o processo de especialização na compra ou venda de produtos internacionalmente. Este, expressa a participação das exportações ou importações de um setor i no total da pauta exportadora ou importadora.

Este indicador é expresso da seguinte maneira, para as exportações:

$$CSX = \frac{X_i}{X}$$

E para as importações:

$$CSM = \frac{M_i}{M}$$

Onde X_i representa o total de exportações de cada setor¹ e X representa o total das

exportações. O mesmo acontece com o cálculo do ICM, onde M_i representa o total de exportações de cada setor¹ M representa o total das importações.

Outro indicador utilizado é o coeficiente de Gini-Hirschman que segundo Melo, Moreira e Veloso (2010) é um dos indicadores mais abordados em análises de concentração setorial. Este índice é compreendido pela raiz do somatório dos quadrados da participação de cada setor nas exportações/importações totais. Quanto maior for o grau de diversificação das exportações/importações, mais próximo de zero estará o índice.

O coeficiente de Gini-Hirschman é expresso da seguinte maneira:

$$ICX = 100. \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_i}{X}\right)^2}, \text{ para todas as exportações } i$$

$$ICM = 100. \sqrt{\sum_i \left(\frac{M_i}{M}\right)^2}, \text{ para todas as importações } i$$

Onde X_i e M_i representam as exportações e importações de cada setor, respectivamente. X e M representam o total da pauta exportadora e importadora. O valor do coeficiente IC assume grandezas entre 0 e 100. Onde valores próximos de zero, limite inferior, indicam uma distribuição mais uniforme das vendas e compras dos produtos comercializados. E valores próximos de 100, indicam um forte grau de concentração, ou seja, o comércio está concentrado em poucos setores.

As transações das exportações e importações, entre duas Economias, realizadas simultaneamente com produtos que pertencem ao mesmo setor produtivo são definidas como comércio intra-setorial que diferencia do comércio inter-setorial, pois, este ocorre quando existe um intercâmbio estabelecido de produtos oriundos de setores diferenciados. Um país pode realizar ambas as práticas de comércio, mesmo que alguns fatores determinem qual prática é mais comum nas Economias tais como níveis de desenvolvimento semelhantes, a convergência dos níveis de renda e da complexidade tecnológica, pois, geram trocas intra-setoriais mais acentuadas comparativamente as trocas inter-setoriais. Sendo interessante notar, também, que o comércio intra-setorial não reflete as vantagens comparativas entre dois países, mas sim as economias de escala presentes em cada um deles. Segundo Melo, Braga e Holanda (2014).

E para captar este comportamento é o coeficiente Grubel-Lloyd (1975) ou indicador de comércio intra-setorial (IS) que é utilizado, justamente, para mensurar a intensidade das trocas entre produtos do mesmo setor. Este é apresentado da seguinte maneira:

$$IS = \left\{ 1 - \frac{\left[\sum_i |X_i - M_i| \right]}{\left[\sum_i (X_i + M_i) \right]} \right\} \cdot 100$$

O IS fornece a informação sobre o comércio intra-setorial para o conjunto do setor industrial e não do produto. A grandeza deste indicador varia entre 0 e 100. Onde segundo Melo, Braga e Holanda (2014): “ [...] um valor próximo a 100 expressa comércio intra-setorial muito elevado, o que significa que quase todo o comércio é intra-setorial e, neste caso, as vantagens comparativas não explicam as trocas. Estas estão associadas às economias de escala e ao grau de diferenciação do produto. Quando o indicador aproxima-se de 0, fica evidenciado que as trocas relacionam-se às fontes tradicionais de vantagens comparativas, isto é, a dotação de fatores.” Salientando que o indicador expressa o total das trocas realizadas no mesmo setor.

Por fim, analisa-se o saldo da balança comercial nordestina segundo intensidade tecnológica, tendo como base a classificação desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para verificar quais tipos de produtos estão sendo transacionados com China sendo estes, estratificados como produtos de baixa, média baixa, média alta e alta intensidade tecnológica. A OCDE considera os gastos em P&D como proporção da produção e do valor adicionado de cada grupo setorial. Segundo a OCDE (2013), utilizou-se a classificação das atividades econômicas industriais da seguinte maneira:

- **Alta intensidade tecnológica:** incluem os setores aeroespacial, farmacêutico, de informática, de eletrônica e de telecomunicações e instrumentos;
- **Média alta intensidade tecnológica:** engloba os setores de materiais elétricos, de veículos automotores, de química, ferroviário e de equipamentos de transporte, de máquinas e equipamentos;
- **Média baixa intensidade tecnológica:** formado pelos setores de construção naval, de borracha e plástico, de coque, de refinados de petróleo e combustível nuclear, de não metálicos, de metalurgia básica e metálicos;
- **Baixa intensidade tecnológica:** estão os setores de madeira, papel e celulose, editorial e figura, de alimentos, bebidas e fumo, de têxteis e confecções, de couro e calçados.

4. DESEMPENHO COMERCIAL ENTRE NORDESTE E CHINA: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O comércio exterior da região Nordeste acompanhou, de certa maneira, o fluxo do comércio de todo o país, no período de 2002 a 2018, mostrando-se muito mais dinâmico que nos anos anteriores, pois, a evolução do comércio externo da Região está fortemente relacionada ao aproveitamento das oportunidades criadas pela expansão da demanda chinesa no mercado mundial ao ponto em que, nestes anos, a corrente de comércio nordestina apresentou um crescimento expressivo. De fato, segundo a tabela 1, os valores das vendas regionais para China e das importações provenientes da China em 2018 são, respectivamente, 57 e 27 vezes maiores do que em 2002, confirmando, assim, o crescimento e o fortalecimento da relação comercial entre o Nordeste e a China.

Tabela 1 - Nordeste: evolução do saldo da Balança Comercial (2002-2018)
(US\$ em milhões)

Ano	Mundo			China		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
2002	4655,57	4659,98	-4,41	78,89	75,7	3,19
2003	6112,11	4328,65	1783,46	139,04	101,21	37,82
2004	8043,63	5510,52	2533,1	207,15	208,13	-0,98
2005	10561,14	6307,78	4253,36	482,87	287,36	195,5
2006	11629,13	8854,75	2774,37	591	485,53	105,46
2007	13086,24	11789,67	1296,58	937,62	860,05	77,57
2008	15451,5	15723,98	-272,47	1138	1351,11	-213,11
2009	11616,31	10735,15	881,16	1360,72	1021,64	339,08
2010	15867,65	17487,42	-1619,77	1784,36	1721,39	62,96
2011	18830,33	24155,75	-5325,42	1969,62	1994,75	-25,13
2012	18773,07	26003,19	-7230,12	2059,31	2926,15	-866,84
2013	18446,26	27755,01	-9308,74	2255,43	2920,65	-665,23
2014	15914,07	28725,92	-12811,9	2529,44	2800,45	-271
2015	16640,25	14655,44	1984,81	3303,9	2147,4	1156,5
2016	12803,6	17525,35	-4721,74	1869,61	1928,84	-59,23
2017	16548,09	19406,21	-2858,11	3251,59	2014,8	1236,8
2018	18488,57	21675,42	-3186,85	4543,71	2087,68	2456,03

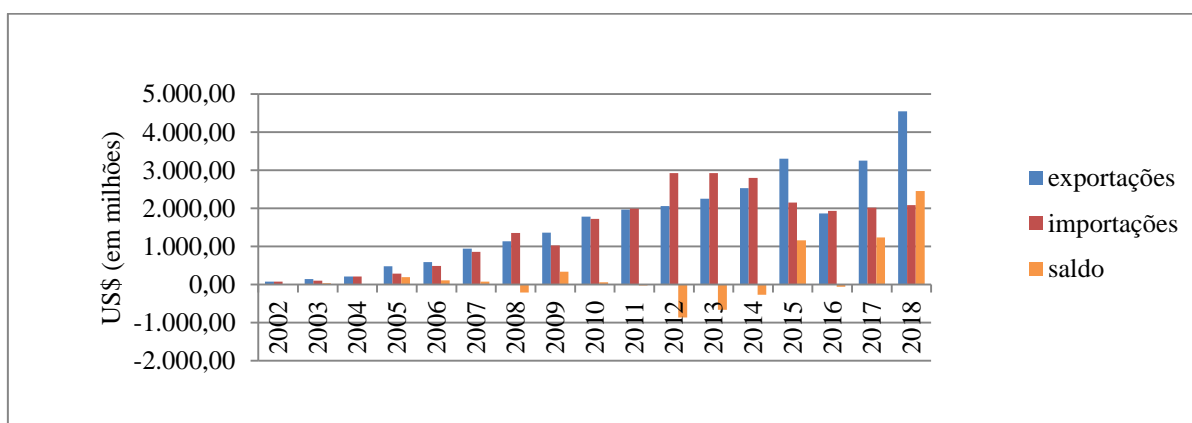
Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

O saldo da balança comercial nordestina, analisado ano a ano, apresenta dois períodos bem distintos. No primeiro, entre 2002 e 2009, foram observados saldos positivos em quase todos os anos com exceção de 2008, dado a crise financeira que abalou a economia mundial. Os bons resultados alcançados pela região Nordeste, na sua balança comercial, são reflexos das boas taxas de crescimento anual das economias mundiais neste período. De fato, em 2009, as exportações e as importações cresceram 250% e 230% respectivamente, tendo como

referência o ano de 2002. O segundo período se enquadra entre 2010 e 2018, apresentando anos com saldos negativos, pois, o crescimento das exportações nordestinas foi menos proporcional que o das importações, dada a expansão do comércio interno no Brasil e na Região no período.

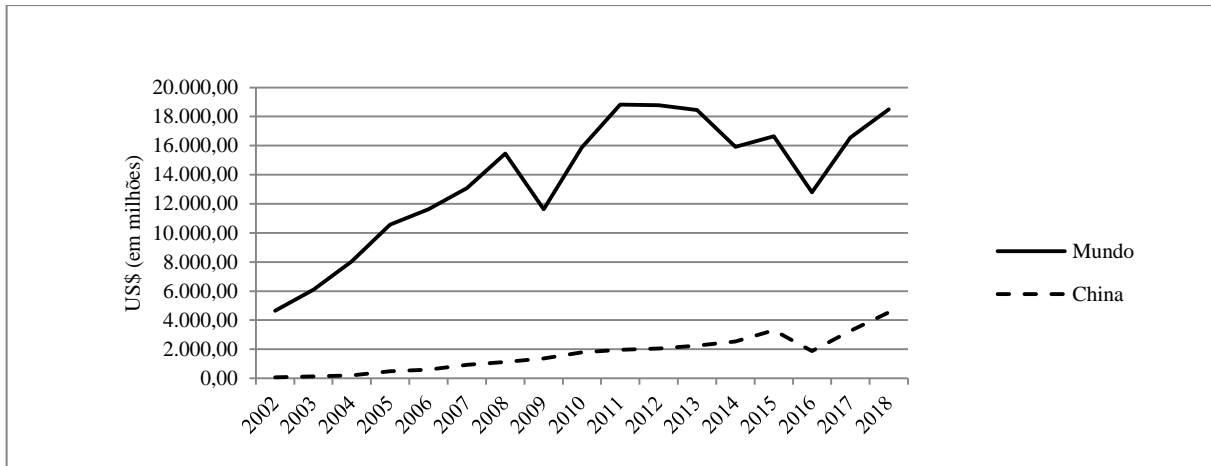
No início do século XXI, a China começa a se destacar por suas altas taxas de crescimento tendo forte influência sobre o comércio exterior nordestino. Analisando a evolução do saldo da balança comercial, apresentada no gráfico 1, percebe-se que esta acompanha as tendências das trocas comerciais nordestinas com o mundo. Existe a presença de saldos positivos em quase todos os anos apesar de em 2008 e entre 2011 e 2014, as importações tenham superado as exportações. Em 2012, as importações superaram as exportações em torno de 866 milhões.

Gráfico 1 - Nordeste e China: evolução das exportações e importações (2002 - 2018)



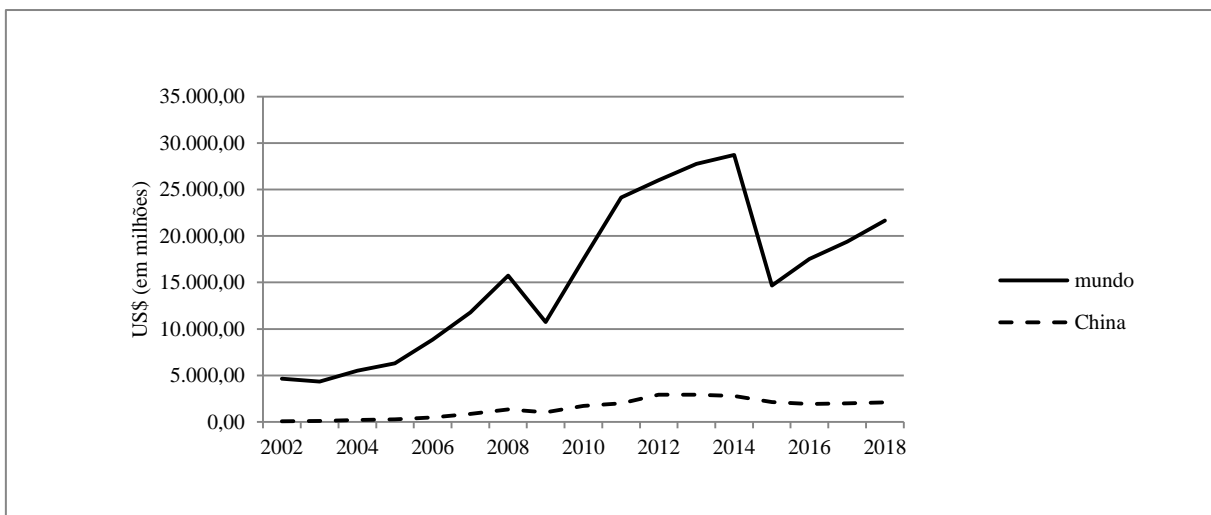
Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

Através dos gráficos 2 e 3, que demonstram a trajetória dos valores das exportações e importações da região nordeste, é possível identificar melhor os acontecimentos que tiveram forte influência sobre a balança comercial nordestina. O gráfico 2 apresenta uma trajetória crescente das exportações para o mundo havendo uma queda em 2009 (11,61 bilhões) com a retração da demanda mundial, e sua retomada em 2010 (15,86 bilhões) e 2011 (18,83 bilhões). Em seguida, identifica-se uma trajetória decrescente até 2016 (12,80 bilhões) passando por um processo de retomada em 2017 (16,54 bilhões) e 2018 (18,48 bilhões). Quando se trata de Nordeste e China, a trajetória das exportações para aquele país possui uma tendência majoritariamente crescente com exceção de 2016, no valor de 1,86 bilhões de dólares.

Gráfico 2 - Nordeste: exportação para o Mundo e China em US\$ (milhões) (2002 - 2018)

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria

A China vem ganhando espaço no mercado brasileiro, assim como na região nordeste, dado o aumento da demanda chinesa por *commodities* e a intensificação de sua parceria estratégica com o Brasil. Ano a ano, as compras nordestinas também apresentam uma trajetória de crescimento tanto no que se refere ao mundo quanto à China, porém, com queda nos anos de 2009, por conta dos impactos da crise financeira de 2008 sobre a demanda mundial, e 2015 e 2016, dado a retração, desta vez, da demanda nordestina. O maior valor observado entre 2002 e 2018 foi em 2014, quando o Nordeste importa do mundo 28,72 bilhões de dólares. Da mesma forma, analisando apenas as trocas efetuadas entre a região Nordeste e a China, as compras nordestinas, em 2012, já estão 38 vezes maiores que aquelas registradas em 2002.

Gráfico 3 - Nordeste: importação para o Mundo e China em US\$ (milhões) (2002 - 2018)

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

É possível notar, também, na tabela 2 que a participação chinesa nas exportações nordestinas é progressiva e já alcança os dois dígitos (11,71%) a partir de 2009, enquanto a participação nas importações circunda os 10%, tornando-se expressiva a partir de 2012 (11,25%) e alcançando o pico do período analisado em 2015, com a marca de 14,65% dos produtos importados provenientes da China. Enquanto em 2002, as exportações e importações nordestinas para com a China correspondiam apenas, respectivamente, 1,69% e 1,62% do total, em 2018, as exportações para a China alcançam 24,56% do total exportado e as importações alcançam 9,63%, ressaltando a importância chinesa para o comércio exterior nordestino.

**Tabela 2 – Nordeste:
participação chinesa na balança
comercial nordestina (2002-
2018)**

Ano	X China/ X Mundo (%)	M China/ M Mundo (%)
2002	1,69	1,62
2003	2,27	2,34
2004	2,58	3,78
2005	4,57	4,56
2006	5,08	5,48
2007	7,16	7,29
2008	7,36	8,59
2009	11,71	9,52
2010	11,25	9,84
2011	10,46	8,26
2012	10,97	11,25
2013	12,23	10,52
2014	15,89	9,75
2015	19,85	14,65
2016	14,60	11,01
2017	19,65	10,38
2018	24,58	9,63

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

Analisando os estados que compõe a região Nordeste brasileira, alguns possuem uma participação maior nas relações comerciais com a China. Em 2002, Bahia (76,29%) e Maranhão (21,69%), importantes produtores de *commodities*, eram responsáveis por 98% dos produtos nordestinos que chegavam à China, liderando no envio destas mercadorias. Já a maioria das mercadorias provenientes da China tinha como principais destinos no Nordeste os estados da Bahia (39,73%), Ceará (26,02%) e Pernambuco (22,42%). Em 2018, no que diz

respeito às exportações para a China, a Bahia perde um pouco da sua participação, agora exportando 64,85% das mercadorias do Nordeste e o Piauí passa a ser um importante parceiro para China sendo responsável por 12,36% das exportações na região Nordeste. O Maranhão mantém-se enviando 21% dos produtos nordestinos. Os estados da Bahia, Piauí e Maranhão possuem uma maior participação nas exportações, pois, estes se destacam na produção de grãos e principalmente na produção de soja já que ambos os Estados fazem parte do MATOPIBA, delimitação criada para caracterizar a grande expansão da agricultura moderna nesta região. Segundo Gelain et.al (2018), em 2015, a produção de soja no MATOPIBA representou 11% da produção nacional com produtividade média de 2,83 mil kg/ha evidenciando o alto nível de produtividade do MATOPIBA. Para as importações, a Bahia (32,80%), o Ceará (26,33%) e Pernambuco (17,13%) se mantêm como os principais consumidores dos produtos chineses na região Nordeste, sendo importante ressaltar que o estado de Alagoas, ao longo dos anos, aumentou a demanda pelas mercadorias da China chegando a compor 12,22% das importações nordestinas de origem chinesa em 2018. Veja abaixo a participação de cada estado na tabela 3.

Tabela 3- Nordeste e China: participação dos estados nas exportações e importações (2002 e 2018)

Estados	2002		2018	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Alagoas	-	-	0,25%	12,22%
Bahia	76,29%	39,73%	64,85%	32,80%
Ceará	1,15%	26,02%	0,83%	26,33%
Maranhão	21,69%	4,34%	21,41%	2,17%
Paraíba	-	1,39%	0,08%	5,02%
Pernambuco	0,34%	22,42%	0,12%	17,13%
Piauí	0,30%	4,75%	12,36%	2,54%
Rio Grande do Norte	0,19%	1,08%	0,08%	0,94%
Sergipe	0,19%	0,27%	0,02%	0,85%
NE	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração própria.

Ao desagregar a pauta exportadora comercializada entre o Nordeste e a China, é interessante analisar quais são os principais setores¹ que movimentam a balança comercial nordestina. Em 2002, dos principais setores, que compõe a pauta exportadora nordestina enviada para a China, destacam-se os de produtos químicos orgânicos (11,14%) e

¹ Os setores analisados tem como referência a classificação do Sistema Harmonizado que é um método internacional de identificação de mercadorias, criado para facilitar as negociações internacionais e o sistema de comparação, coleta e análise de estatísticas particulares do comércio exterior.

combustíveis minerais e óleos minerais (9,64%) apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Nordeste: principais setores exportadores para China segundo participação relativa (2002)

Rank	Descrição segundo Sistema Harmonizado (SH2)	CS
1°	Produtos químicos orgânicos	0,1114
2°	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.	0,0964
3°	Acucares e produtos de confeitaria	0,0782
4°	Alumínio e suas obras	0,0767
5°	Frutas, cascas de cítricos e de melões	0,0542
6°	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	0,0533
7°	Ferro fundido, ferro e aço	0,0484
8°	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	0,0369
9°	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	0,033
10°	Cobre e suas obras	0,0321

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

Enquanto que, em 2018, destaca-se o setor de sementes, frutos oleaginosos e grãos e o setor de pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas correspondendo, respectivamente, a 63,60% e 21,18% da pauta como mostra a tabela 5. Nota-se, então, que entre 2002 e 2018 existiu um processo de concentração da pauta exportadora nordestina enviada à China em apenas alguns setores criado pela demanda chinesa que, para Braga e Oliveira (2018), esta é responsável por gerar um movimento de primarização das exportações. Entretanto, este processo introduz uma série de dificuldades ao comércio brasileiro e nordestino, pois, existe uma menor diversificação de mercadorias e uma maior vulnerabilidade ao mercado externo.

Tabela 5 - Nordeste: principais setores exportados para China segundo participação relativa (2018)

Rank	Descrição	CS
1°	Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	0,636
2°	Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	0,2118
3°	Cobre e suas obras	0,063
4°	Algodão	0,0337
5°	Plásticos e suas obras	0,0136
6°	Minérios, escórias e cinzas	0,0131
7°	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	0,0049
8°	Produtos químicos orgânicos	0,0048
9°	Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	0,0047
10°	Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	0,0035

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria

Com relação à pauta importadora nordestina, Os setores que se destacam em 2002 é o de combustíveis minerais e óleos minerais, sendo responsável por 30,19% dos produtos recebidos da China e o de máquinas, aparelhos e materiais elétricos correspondendo a 12,72% da pauta importadora nordestina.

Tabela 6 - Nordeste: principais setores importados da China segundo participação relativa (2002)

Rank	Descrição	CS
1°	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	0,3019
2°	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc	0,1272
3°	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	0,0963
4°	Veículos automóveis, tratores, etc. Suas partes/ acessórios	0,0808
5°	Cereais	0,0595
6°	Minérios, escórias e cinzas	0,0415
7°	Produtos químicos orgânicos	0,0406
8°	Alubos ou fertilizantes	0,0252
9°	Alumínio e suas obras	0,0222
10°	Cacau e suas preparações	0,0205

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

Em 2018 o setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos passa a ser o principal grupo de mercadorias importados pelo Nordeste de origem chinesa correspondendo a 29,23% da pauta importadora, percentual este, que é bastante elevado. Outro principal setor importado é o de reatores nucleares, caldeiras e maquinas, compondo 10,86% do total importado da China pela região Nordeste, como mostra a tabela 7. Das importações, é interessante notar que existe, por parte da região Nordeste, uma demanda expressiva por produtos com certo grau de intensidade tecnológica, demonstrando uma escassez da produção interna destas mercadorias dado a inviabilidade da competição com os produtos chineses.

Tabela 7 - Nordeste: principais setores importados da China segundo participação relativa (2018)

Rank	Descrição	CS
1°	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc	0,2923
2°	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	0,1086
3°	Produtos químicos orgânicos	0,0977
4°	Ferro fundido, ferro e aço	0,0703
5°	Veículos automóveis, tratores, etc. Suas partes/ acessórios	0,0452
6°	Plásticos e suas obras	0,0329

Continua

Tabela 7 - Nordeste: principais setores importados da China segundo participação relativa (2018)

Rank	Descrição	CS
7°	Filamentos sintéticos ou artificiais	0,0298
8°	Adubos ou fertilizantes	0,0240
9°	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	0,0229
10°	Borracha e suas obras	0,0227

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria

Todavia, as especificidades do comércio externo da Região com a China pode ser mais bem compreendida através dos índices de concentração das vendas e compras, do comércio intra-setorial e da análise setorial.

O índice de concentração das exportações (ICX) para o mundo expressou, em média, um número próximo de 23 pontos e das importações (ICM) em torno de 38 pontos, o que equivale dizer que há uma maior distribuição das vendas do que das compras. Quando analisado as transações comerciais entre Nordeste e China, existe uma inversão deste resultado, pois, o índice de concentração das exportações é mais elevado que o das importações, o que é mais comum na medida em que o comércio internacional leva a uma especialização da produção e uma diversificação do consumo.

A pauta exportadora enviada para China possui um caráter muito mais concentrado do que quando analisada a pauta exportadora enviada para o mundo. E, quando analisado temporalmente o quadro da pauta exportadora enviada para China se agrava ao longo do tempo, onde em 2018 alcançam o maior nível de concentração com 67,45 pontos. Já o índice de concentração das importações nordestinas para a China e para o mundo acompanham níveis de concentração parecidos.

Tabela 8 - Nordeste: índice de Concentração das Exportações e Importações (2002-2018)

ANO	Mundo		China	
	ICX	ICM	ICX	ICM
2002	22,71	36,5	50,68	32,11
2003	23,01	34,61	39,83	35,29
2004	22,3	36,35	38,77	44,15
2005	23,67	40,83	42,34	41,21
2006	22,43	40,11	44,35	40,4
2007	21,64	37,77	41,49	37,9
2008	22,26	39,43	48,77	32,17

Continua

Tabela 8 - Nordeste: índice de Concentração das Exportações e Importações (2002-2018)

ANO	Mundo		China	
	ICX	ICM	ICX	ICM
2009	23,15	32,67	47,13	35,94
2010	23,98	37,2	44,37	35,01
2011	24,23	41,17	48,67	30,44
2012	23,6	44,79	44,9	39,44
2013	24,7	42,82	50,83	30,97
2014	25,51	39,12	51,08	31,3
2015	25,32	29,77	50,61	29,83
2016	23,62	35,88	52,03	36,93
2017	25,76	37,72	59,15	33,38
2018	28,88	42,01	67,45	34,67

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

Complementando os indicadores acima, verifica-se, também, se a região Nordeste e a China realizam trocas de mercadorias no mesmo setor da economia. Segundo o índice intra-setorial (IS), observado na tabela 9, ambos transacionam mais mercadorias de setores diferentes, ou seja, estruturam uma relação comercial de trocas inter-setoriais, passando por um processo de especialização das exportações, sobretudo, dos bens pertencentes aos setores tradicionais da economia regional, suprimindo as necessidades chinesas e ao mesmo tempo suas necessidades.

O índice intra-setorial, entre 2002 e 2018, apresenta uma trajetória descendente. Sendo que o ano de 2018 registra o menor resultado dos 17 anos analisados. O Índice próximo de zero reafirma a ideia de deterioração dos termos de trocas entre o nordeste e a China, pois, incorre que as trocas realizadas entre os seus diferentes setores são de baixo valor agregado por produtos de alto valor agregado.

Tabela 9 - Nordeste: índice de Comércio Intra-Setorial (2002-2018)

Ano	China
2002	9,49
2003	16,3
2004	14,85
2005	11,11
2006	6,69
2007	7,42

Continua

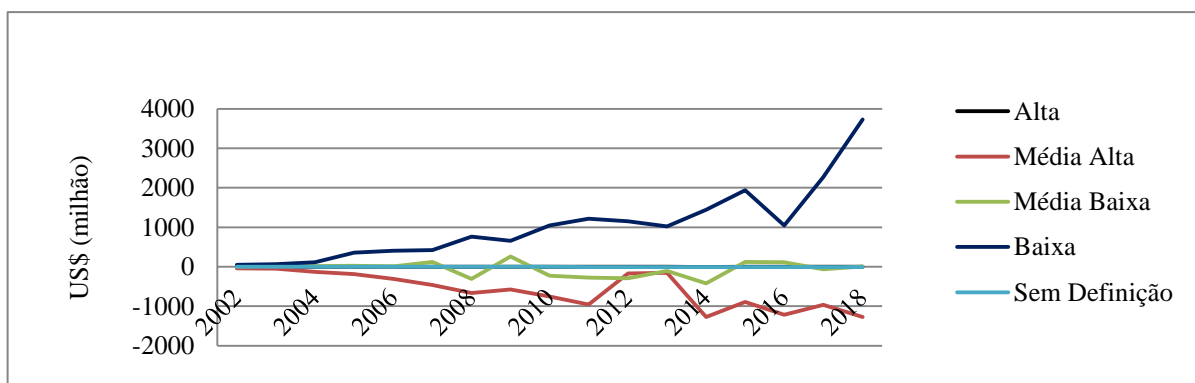
Tabela 9 - Nordeste: índice de Comércio Intra-Setorial (2002-2018)

Ano	China
2008	5,54
2009	9,25
2010	7,89
2011	6,85
2012	9,82
2013	5,31
2014	5,9
2015	10,83
2016	3,96
2017	10,56
2018	4,03

Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria.

Para finalizar o Gráfico 4, apresenta a Balança comercial do Nordeste brasileiro, segundo intensidade tecnológica, com relação a China, reafirmando os resultados da tabela 9 a respeito da deterioração dos termos de troca, evidenciando uma trajetória de ascensão do saldo dos produtos de baixa intensidade tecnológica (saldos positivos) e uma trajetória decrescente do saldo de produtos de média alta intensidade tecnológica (saldos negativos). Notando, assim, uma especialização nordestina em produtos primários, com baixo valor agregado e a China fornece produtos com alto valor agregado e maior intensidade tecnológica.

Gráfico 4 - Nordeste e China: saldo da Balança Comercial segundo a Intensidade Tecnológica



Fonte: Brasil, 2018. Elaboração Própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China se tornou um país muito relevante para o comércio exterior da região Nordeste apresentando um forte crescimento do comércio entre 2002 e 2018, motivado, principalmente, pelas exportações dos produtos brasileiros para esse país. A tendência da balança Comercial apresentou saldos positivos na maior parte do período analisado, apesar dos momentos de crise que romperam com essa tendência de crescimento em 2007 com a crise e entre 2011 e 2014 por conta do aumento expressivo das importações, pois, estas possuem relação direta com a renda.

Isto só mostra o quanto a China, nestes 17 anos observados, veio ocupando posições cada vez mais relevantes no *ranking* dos principais parceiros comerciais do Brasil, tornando-se o principal parceiro em 2009 .

Entretanto, a tendência da Balança Comercial, entre 2002 e 2018, também reflete uma certa vulnerabilidade nordestina para com o setor externo. Durante este período, percebe-se um problema com a estrutura produtiva da região, deixando-a exposta ao ritmo que a economia chinesa impõe. Isto porque a base exportadora no Nordeste brasileiro são os produtos primários, ou seja, baixo valor agregado, o que vem a causar a deterioração dos termos de trocas (pela necessidade de importação de produtos com alto valor agregado) existindo pouca diversificação na pauta dos produtos exportados.

A participação relativa da China nos valores comercializados é deveras importante para explicar melhor essa situação. A economia nordestina depende muito da demanda chinesa o que é preocupante, pois, caso exista uma desconstrução dessa parceria, o Nordeste seria fortemente prejudicado. Logo, existe uma necessidade de fortalecer suas relações comerciais com diferentes países.

Bahia, Maranhão e Piauí concentraram a maior parcela das vendas regionais para a China, respondendo por 98,62% do valor exportado em 2018 para este destino. Estes estados, nesse mesmo ano, são importantes fornecedores de produtos primários, principalmente dos setores de grãos e sementes. Do lado das compras, Bahia, Ceará, Pernambuco e Alagoas correspondem a 88,48% dos produtos importados da China. Para estes países, existe uma maior demanda de produtos manufaturados, ou seja, produtos mais dinâmicos e de maior valor agregado.

Ao longo dos anos, registra-se aumento da concentração nos produtos exportados. Quanto à concentração dos produtos importados, esta se expressou constante confirmando que

existe uma deficiência na estrutura produtiva da região do Nordeste, fundamentada, essencialmente em setores tradicionais. Estes são os setores que compõe grande parte da pauta exportadora para o mundo em geral e a China em particular. Dentre estes setores, o setor de sementes e frutas oleaginosas, grãos, sementes e etc., em 2018, foi responsável por 61% dos produtos do Nordeste que tiveram como destino a China. Analisando o que a região Nordeste tem comprado da China percebe-se que alguns setores tem se destacado. Existe uma forte concentração na compra de máquinas, reatores nucleares e produtos químicos. Assim, analisando com mais detalhe a pauta exportadora e importadora constata-se que as trocas intrasetoriais não são uma característica marcante no intercâmbio comercial entre a região e a China.

O Nordeste, historicamente, teve seu enfoque no desenvolvimento do agronegócio, então cabe ao empresariado nordestino e as autoridades governamentais trabalharem juntas para desenvolver a indústria manufatureira e torná-la competitiva para que também seja possível haver mais trocas comerciais entre os mesmos setores da economia, fato que não é comum entre o Nordeste e a China tendo em vista níveis de desenvolvimento industrial diferentes.

Da mesma forma, quando analisado o saldo da Balança Comercial segundo a intensidade tecnológica, se observa como os produtos com baixa intensidade tecnológica e os produtos com média e alta intensidade tecnológica caminham para lados opostos percebendo que a balança é superavitária em produtos de baixa intensidade tecnológica e deficitária em produtos de alta e de média alta intensidade tecnológica, entre 2002 e 2018, reforçando o que foi discutido.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Adriana Toledo Mendes dos; AZEVEDO, André Filipe Zago de; TERRA, Paulo Renato Soares. Um estudo empírico sobre as perspectivas de ampliação das relações comerciais entre Brasil e China. **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, Santa Maria, v. 16, n. 16, p. 3134-3148, nov. 2013.
- BARBOSA, Gibson. Depoimento em **Reflexões sobre a Política Externa Brasileira**. Brasília, DF: Funag, 1993, p. 257. Documento não publicado e disponível no site <http://www.renelt.com.br>, p. 7-8.
- BRAGA, Francisco Laércio Pereira; OLIVEIRA, Ana Claudia Sampaio de. A influência da taxa de câmbio e renda mundial sobre as exportações brasileiras de soja (2000-2015). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, v. 56, n.4, p. 663-680, out./dez. 2018.
- BRANCO, Rodrigo S. O desenvolvimento econômico brasileiro recente liderado por commodities, à luz do Modelo Agrário-Exportador de Raul Prebisch. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3. 2013.
- BRASIL. Ministério da economia, indústria, comércio exterior e serviços-MDIC. **Estatísticas do Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>> Acesso em: 12 de outubro de 2019.
- CASTILHO, Marta R. Impactos distributivos do comércio Brasil-China: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 91, p. 1-16. 2007.
- CHANG, Mateus Silva. **Exportações Brasileiras para a China e o Japão: padrões de especialização e competitividade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- COSTA, Guilherme O. M. **A evolução do comércio entre Brasil e China: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras**. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.
- COSTA, Fabiana Kenia Silva; MENDONÇA, Talles Girardin. Evolução do Comércio bilateral entre Brasil e China: análise das relações comerciais. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v.2, n. 29, p. 73-90, jul./dez. 2017.
- DICK, Patrícia P. **A parceria estratégica entre Brasil e China: a contribuição da política externa brasileira (1995-2005)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio grande do Sul, 2006.

GELAIN, Jaqueline Gisele et.al. Volume e valor da água virtual exportadora por meio da soja na região de MATOPIBA. **Revista Economia do Nordeste**, Fortaleza - CE, v.49, n.3, p. 93-112, jul./set. 2018.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações Econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83-98, jan. 2016.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934)**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais - IPRI, 1990. 358 p.

LIMA, Maria Regina Soares. Brazil's Response to the "New Regionalism". In: MACE, Gordon & THÉRIEN, Jean-Philippe (Org.). **Foreign Policy and Regionalism in the Americas**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1996, p. 144.

MACHADO, João B. M.; FERRAZ, Galeno T. **Comércio externo da China e efeitos sobre as exportações brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, Texto para discussão, n. 1182, 2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e dinheiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MELO, Maria Cristina Pereira de; MOREIRA, Carlo Américo Leite; VELOSO, Alexandre Weber Aragão. **O Nordeste do Brasil na expansão do comércio chinês**. 1. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010. 192 p.

MELO, Maria Cristina Pereira de; BRAGA, Francisco Laércio Pereira; HOLANDA, Diego Rodrigues. **O Comércio Exterior do Nordeste Brasileiro e seu Fluxo Caudatário**. 1. ed. São Paulo: Nelpa, 2014. 124 p.

NEGRI, Fernanda. **O perfil dos exportadores industriais brasileiros para a China**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, Texto para discussão, n. 1091, mai. 2005.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Science, technology and industry score board 2001: toward a knowledge: based economy**. 2013. Disponível em: <<http://www.oecd.org.br>>.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-30, jan./jun. 2004.

SALAMA, Pierre. China-Brasil: industrialização e "desindustrialização precoce". **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan./jun. 2012.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 42-59. 2007.

SILBER, Simão Davi. A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. **Revista USP**, São Paulo, n.85, p. 82-93, mar./mai. 2010.

SHANG, Deliang. Political cooperation between China and Brazil vs. Multi-Polarization. *In*: SEMINÁRIO BRASIL-CHINA, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa de Relacionamentos Internacionais - IPRI, nov. 1999.

THORSTENSEN, Vera. Brasil e China - de conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. *In*: SEMINÁRIO BRASIL E CHINA NO REORDENAMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.